

Costumam os escritores modernos da história de Timor dividi-la em vários períodos, variando o número de partes conforme o critério de cada um. Esta divisão supõe ordenação, que se torna sobremodo necessária quando se pretende apresentar a perspectiva histórica. Assim, Humberto Leitão, além de preliminares da história dos Portugueses nas ilhas de Solor e Timor (1515-1561), considera os seguintes períodos: 1.º, com início em 1562 (desembarque de Fr. António da Cruz), vai até 1641; 2.º, desde o desembarque de Fr. António de S. Jacinto, em Maio de 1641, desenvolvendo-se até 1702; o 3.º, desde o desembarque do governador António Coelho Guerreiro, a 20 de Fevereiro de 1702, até meados de 1769; 4.º e último, a partir de 12 de Agosto de 1769, quando o governador António José Teles de Meneses, cercado pelos Holandeses em Lifau, se viu forçado a abandonar a praça, fixando-se em Díli. Último, que termina em 1851, quando Lopes de Lima negocia as ilhas das Flores e o grupo de Solor ⁽¹⁾.

Artur Basílio de Sá arruma igualmente toda a história em quatro períodos, mas de maneira diferente: 1.º, estabelecimento português na ilha (1511-1701); 2.º, consolidação da soberania portuguesa (1701-1769); 3.º, delimitação de seus domínios (1769-1851); 4.º, ocupação de 1851 à actualidade ⁽²⁾.

Hélio Felgas também emitiu o seu parecer, considerando cinco períodos: 1.º, desde o descobrimento, que coloca entre 1512 e 1520, até à nomeação do primeiro capitão-mor de Timor e estabelecimento da sede da autoridade em Lifau, em 1665; dá ao 2.º a duração de pouco mais de um século, até à mudança da capital de Lifau

⁽¹⁾ LEITAO, Humberto — *Os Portugueses em Solor e Timor, de 1515 a 1702*. Lisboa, 1948, pp. 12-14.

⁽²⁾ SA, Artur Basílio de — *Timor*. Lisboa, 1952, p. 58.

para Díli (1769); o 3.º, de consolidação, estende-se até ao governo de Celestino da Silva, que inicia o 4.º período; enfim, o 5.º, desde a ocupação japonesa aos nossos dias (3).

Para nos não alongarmos mais, calamos outros autores, da mesma forma dignos de serem considerados. Nós dividimo-la em dois grupos desiguais no tempo, que designamos por *história antiga*, e, desde Celestino da Silva, na passagem do século XIX para o XX, por *história moderna*. É claro que a *história antiga* tem necessariamente de ser seccionada em períodos, conforme os grandes acontecimentos, aliás de fácil intuição: 1.º, de simples comércio (primeira metade do século XVI); 2.º, de evangelização, sob o governo dos Dominicanos; 3.º, desde a separação do governo espiritual e temporal (séculos XVIII e XIX). A moderna separa-se em dois períodos: até à Segunda Grande Guerra e desde então até aos nossos dias.

I — HISTÓRIA ANTIGA

1.º período

Conquistada Malaca por Afonso de Albuquerque, a 15 de Agosto de 1511, daí irradiou a navegação portuguesa pelo conjunto de ilhas onde podiam carregar especiarias — o grupo das Molucas propriamente dito (Ternate, Tidore, Moutel, Maquiém e Bachão); grupo de Amboino (Ceram, Amboim, Bouro, etc.) e grupo de Banda (Lontar ou Grande Banda, além de mais oito). Ao das Molucas iam buscar o cravo; ao de Banda, a noz-moscada; a outras, a cânfora, o almíscar, o benjoim e o sândalo. Deste modo se tornou Malaca, na frase pinturesca de João de Barros, a feira universal do Oriente.

O sândalo vinha de Timor. Segundo Fr. Luís de Sousa, servem-se dele, «para infinitos usos todas as Províncias do Oriente» (4). Reduzido a pó muito fino e misturado com água, transformava-se numa pasta que servia para untar o corpo, refrescando-o e espalhando pelo ar excelente aroma, muito apreciado pelos Orientais. Situada a menos de 40 léguas a NO de Timor, fica a mais pequena

(3) FELGAS, Hélio A. Esteves — *Timor Português*. Lisboa, 1956, pp. 216-218.

(4) SOUSA, Fr. Luís de — *História de S. Domingos*. Lisboa, 1678, vol. 3, p. 344.

ilha de Solor que, sendo desprovida de riquezas naturais, possuía um bom ancoradouro e era mais sadia. Foi nela que os Portugueses primeiro se estabeleceram.

Sobre a data da primeira visita a esta ilha, divergem os que se têm ocupado da história de Timor, andando também no ar nomes conhecidos, como o de Tomé Pires, Pigafetta, Duarte Barbosa e, para um período posterior, o de Manuel Godinho Herédia e outros, uns que passaram realmente por estas ilhas, outros que talvez sim ou talvez não, sem ser possível desfazer para sempre as dúvidas e objecções que surgem. A maior discordância tem incidido sobre a viagem de António de Abreu, que Afonso de Albuquerque mandou de Malaca, logo em Novembro de 1511, às ilhas das especiarias e podia ter sido o primeiro português a pisar terras timorenses.

Armando Cortesão ⁽⁵⁾ e Humberto Leitão ⁽⁶⁾ estudaram a rota da viagem e concluem ambos pela impossibilidade da passagem por Timor, nessa ocasião. Mas, enquanto Armando Cortesão aceita que é Solor a ilha que Francisco Rodrigues, o piloto que acompanhou Abreu, incluiu na sua carta, Humberto Leitão assevera que essa ilha é, sem dúvida alguma, a ilha das Flores, negando, por isso, que tenha passado sequer por Solor ⁽⁷⁾.

Além dessa rota conhecida, ajudam a dirimir a questão alguns trechos de cartas de Afonso de Albuquerque e do capitão de Malaca, que hoje constituem os primeiros documentos que se referem a Timor.

A 6 de Janeiro de 1514, pouco mais de dois anos depois da partida de António de Abreu, escrevia Rui de Brito Patalim a D. Manuel, informando que «Timor he huma ylha alem de Jaoa (Java), tem muito samdalo, muito mell, muita cera; nom tem juncos pera navegar; he ylha grande, de cafres». Termina com a observação de que «por nom haver junco, nom foram la» ⁽⁸⁾. E pouco adiante esclarece que, para ir a Maluco e Banda, Timor e

⁽⁵⁾ CORTESÃO, I. c., 164. — *The Suma Oriental*, Londres, 1944, II, 439. *Mundo*, Lisboa, 1939, II, pp. 142, 153 e 155.

⁽⁶⁾ LEITÃO, Humberto — *Ob. cit.*, pp. 29-51.

⁽⁷⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 43.

⁽⁸⁾ *Cartas de Afonso de Albuquerque*. Lisboa, 1903, III, p. 95, e SA, Artur de — *Documentação para a História das Missões do Padroado — Insulândia*. Lisboa, 1954, I, pp. 71-72.

Java, «he neçesario grandes naos», que já tinha pedido ao governador da Índia, uma ou duas de quinhentos tonéis ⁽⁹⁾.

Os trechos prestam-se para tirar a conclusão de que até essa data não fora possível pisar terras timorenses. Faltava junco e eram precisas naus grandes. Mas, referir-se-á Rui de Brito a todo o tempo passado ou só a esse ano? Como quer que seja, a ilha era conhecida e é possível que esse conhecimento fosse obtido por terceiras pessoas. Numa outra carta da mesma data, porém, esta dirigida a Afonso de Albuquerque, o mesmo capitão afirma que «a Timor quisera mandar e, por nom ter junco, nom foram *esta monçom laa*». Promete que «pera o ano, prazendo a Noso Senhor, yram la, pera trazerem o sandalo», e remata com uma frase reveladora: «he muito boa navegaçam.» ⁽¹⁰⁾

Se não foram nesta monção a Timor, por não terem junco, parece claro que foram noutra anterior, em que dispunham de embarcação. (Repare-se que o autor não escrevia história e, por isso, só menciona o facto que lhe interessa.) E, tanto assim é, que tinha esperança de ir lá no ano imediato, em que, decerto, contava não lhe faltar o necessário meio de transporte. Se a navegação é muito boa, não será porque os Portugueses já a haviam experimentado? Afigura-se-nos pouco provável que se referisse a experiência alheia, quando acrescenta essa frase como remate da esperança de realizar o que não pôde efectuar esse ano por falta de embarcação.

Aceitando, pois, que António de Abreu não passou por Timor em 1511, estamos certo de que os Portugueses não demoraram a procurar a terra que fornecia o sândalo e estava relativamente perto, ficando na direcção das ilhas das especiarias. Tornando-se impossível determinar com rigor a data certa, pode-se, no entanto, estabelecer que terá sido no ano seguinte de 1512, visto que a viagem se realizava na monção de Novembro-Dezembro, e se não efectuou na de 1513, como disse implicitamente Rui de Brito, nas cartas de 6 de Janeiro de 1514. Servindo-nos dos mesmos documentos, chegamos assim a uma conclusão diferente daquela que apurou o comandante Humberto Leitão, quando escreveu: «antes do ano de 1515, nenhum navio português entrou nas águas de Timor.» ⁽¹¹⁾

⁽⁹⁾ *Ibid.*, p. 96, e *ibid.*, p. 73.

⁽¹⁰⁾ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, p. 224, e SA, Artur de — *Documentação [...] Insulíndia*, I, p. 54.

⁽¹¹⁾ LEITÃO, Humberto — *Ob. cit.*, pp. 54, 59 e 60.

Deste modo se compreende que Tomé Pires, na *Suma Oriental* (1514) indique o caminho; «entre esta ilha da Solor e a de Bima é o canal para as ilhas de Timor», e anuncie que, seguindo para Java e China as naus, «os juncos aguora vam a Timor por sam-dollos», o que Armando Cortesão interpreta como viagem a Timor em 1514, pondo em relevo que não há contradição com as afirmações de Rui de Brito, porque, enquanto este fala no passado, Pires fala no presente ⁽¹²⁾.

As viagens certamente ter-se-ão repetido, porque o negócio era rendoso. Mas os documentos continuam a faltar e o primeiro que a seguir aparece não permite mais que recolher a certeza de novo testemunho do conhecimento da ilha, sem qualquer alusão à presença portuguesa, o que nada prova, evidentemente, contra o que porventura lá se passasse. É Duarte Barbosa, em 1516, que, no seu famoso *Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, descreve sumariamente a ilha de Timor, juntamente com as demais. Com relação ao comércio do sândalo, apenas refere o das naus de Meca e Java, que o trocam por machados, cutelos, espadas, panos de Cambraia e de Paleacate, porcelanas, continhas de cor, estanho, azougue, chumbo e outras mercadorias ⁽¹³⁾.

A carta enviada a el-rei, de Malaca, a 20 de Agosto de 1518, parece que pelo capitão de Malaca, Afonso Lopes da Costa, sucessor de Jorge de Brito, já revela contactos directos, pois afirma que «os nosos junquos que vão pera Banda e Timor e Maluquo» costumam passar pelo porto de Agacim, ao sul de Java ⁽¹⁴⁾, acrescentando mais adiante que «os nosos junquos vão e vem para Tymor, Banda e Maluquo; e te este porto (de Agacim) he necesaryo ir com eles huma nao e caregar ahy de mantimentos e tornar a esta cidade (Malaca), e isto cada hum anno». Parece poder-se concluir que o reforço de barco grande, pedido ao governador da Índia em 1514, chegou realmente no período destes quatro anos. Mostra conhecer bem a costa de Timor, pois esclarece que «Banda e Timor... portos muito bons e de muitos mantimentos e são gentios e avorrece-lhes a conversação dos mouros».

⁽¹²⁾ CORTESÃO, I. c., 164. — *The Suma Oriental*, Londres, 1944, II, 439.

⁽¹³⁾ BARBOSA, Duarte — *Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Lisboa, 1946, p. 211.

⁽¹⁴⁾ Apud SA, Artur de — *Documentação [...] Insulíndia*, I, pp. 102, 103 e 104.

Nesta mesma carta se informa que de «Banda vem a maça e noz e cravo, que dahy vão por elle a Maluquo; e sandele que ahy vem ter de outras ilhas, junto com Timor, que ainda nom são (desco)bertas per nos; são sabidas, he sandollo».

Na carta de António de Brito a el-rei, de Ternate, de 11 de Fevereiro de 1523, a alusão é clara: «a detrymynaçam que levava a nao que partio prymeyro, era yr de Maluco dereyto a Tymor, com pilotos que lhe El-Rey de Tidore deu, que os levase la e daly, se achasem mar grande, yrem tomar a ylha de Sam Lourenço e fazerem o camynho que fazem as naos de Vosa Alteza que vão de ca da India.»⁽¹⁵⁾

Nesta segunda década de Quinhentos já todas estas muitas ilhas asiáticas eram regularmente conhecidas. Por isso, não foi difícil a Pigafetta registar no seu diário: «Partimos da ilha de Malua no sabado, 25 de Janeiro de 1522 e no domingo, 26, chegámos a uma grande ilha (Timor). [...] Fui a terra só», para tratar com o chefe da aldeia... Esclarece que o sândalo branco só se encontra nesta ilha e que nela também há búfalos, porcos, cabras e bem assim galinhas e papagaios de diferentes cores. Também aí crescem o arroz, bananas, gengibre, cana-de-açúcar, laranjas, limões, amêndoas, feijões e cera⁽¹⁶⁾.

2.º período

(Segunda metade do século XVI e século XVII)

Estabelecido o contacto comercial com os habitantes das ilhas, não tardaram a aparecer, junto à costa de Solor, habitações de mercadores portugueses. Não há, porém, notícia da ida de missionários durante a primeira metade do século. É de cerca de 1556 a tentativa de Fr. António Taveira, de quem tão pouco se sabe que até há quem o julgue franciscano e quem o considere dominicano. Fr. Luís de Sousa supõe que terá acompanhado algum mercador amigo⁽¹⁷⁾. Por lá se terá demorado, pois Fr. Gaspar da Cruz,

⁽¹⁵⁾ Apud SA, Artur de — *Documentação [...] Insulíndia*, I, p. 147.

⁽¹⁶⁾ Apud LAGOA, Visconde de — *Fernão de Magalhães*. Lisboa, 1938, vol. II, p. 19.

⁽¹⁷⁾ SOUSA, Fr. Luís de — *História de S. Domingos*. Lisboa, 1678, vol. 3, p. 345.

também dominicano, informa que fez «passante de 5.000 cristãos na ilha de Timor... e na ilha de Ende também tem feito muitos» (18).

Ou porque o P.^o Taveira se tivesse retirado, satisfeito com a bondade desses povos (as facilidades foram tantas que nos levam a pôr de remissa a informação...), ou apenas por ser insuficiente para tão grande campo de acção, o rei de Timor escrevia em 1558 ao jesuíta Baltasar Dias, residente em Malaca, «pedindo-lhe muyto que quisesse la mandar hum padre para lhe ensinar as cousas da fee, por ser ja christão, com muytos principais do seu regno e esperar que, com a ida de algum padre, se acabasse a mais gente de se converter» (19).

O P.^o Luís Fróis faz-se eco, cremos que da mesma notícia, em carta de 12 de Dezembro de 1560, acentuando de novo que «el-Rey de Timor christão, [...] está suspirando por padres da Companhia e os pede para fazer seu regno christão, sem ninguem» (20). E sem ninguém ficou, ninguém da Companhia de Jesus, porque, fundada a diocese de Malaca, em 1558 (21), e nomeado o primeiro prelado, D. Fr. Jorge de Santa Luzia, O. P., que deu entrada na diocese em Maio de 1561, não se demorou a enviar quatro dominicanos.

Fr. Luís de Sousa, que utilizou uns cadernos enviados do Convento de Goa nas naus de 1626, recolhe o ano da construção da fortaleza que Fr. António da Cruz, um dos quatro missionários enviados, construiu, em Solor, de pedra e cal, para se defenderem dos Javaneses, dos Macassares e Mouros — 1566 (22). Num lanço da muralha ficou o dormitório dos frades e a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, reservando-se um dos torreões para aposentos do capitão da fortaleza, contratado pelo próprio Fr. António da Cruz, que pagava o serviço militar com dinheiro dos religiosos e esmolas dos cristãos (23).

O vice-rei da Índia estava ao corrente do que se passava e enviou certa quantia para ajuda das despesas com a construção da

(18) CRUZ, Fr. Gaspar da — *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China*. Évora, 1569-1570, *Prólogo da obra*.

(19) *Apud* SA, Artur de — *Documentação [...] Insulíndia*, II, p. 340.

(20) *Apud* SA, Artur de — *Documentação [...] Insulíndia*, II, p. 352.

(21) LEITAO, Humberto — *Ob. cit.*, p. 61.

(22) SOUSA, Fr. Luís de — *História de S. Domingos*, vol. 4, liv. 4, cap. 14.

(23) SANTOS, Fr. João dos — *Etiópia Oriental*. Lisboa, 1891, II, p. 102.

fortaleza e, em 1575, mandou uma galeota artilhada, com um capitão e vinte soldados ⁽²⁴⁾.

Como deste modo se ia consolidando o nosso poder nas diversas ilhas, e aumentando, com isso, a responsabilidade da defesa e progresso material dos povos, os Dominicanos pediram que o governador fosse de nomeação régia ou do governador da Índia. Realmente, aos religiosos não interessava o mando e, quando factos posteriores possam fazer supor o contrário, têm de ser interpretados com as necessárias cautelas, averiguando, antes de mais, se então não pugnavam ainda pela consolidação da autoridade portuguesa.

O primeiro governador nomeado por Carta Régia de 15 de Março de 1585 foi António de Viegas, que no Oriente prestara assinalados serviços, durante dezassete anos. Com o governador embarcaram em Lisboa, a 15 de Janeiro de 1586, cinco dominicanos, entre os quais Fr. João dos Santos, autor da *Etiópia Oriental*, uma das fontes da história de Timor. Não tendo passado da Índia, consagra-lhe, mesmo assim, dois capítulos da sua obra.

De data posterior (1589), conhecem-se mesmo alvarás régios que estabelecem mercês de determinadas quantias anuais a cada missionário. A vida religiosa prosperou, porque os religiosos, que continuaram a orientar o governo, também aumentaram, a ponto de em 1606 atingirem o número de 64.

Portugal perdera, no entanto, a independência, um ano antes de nascer, em 1581, a República das Províncias Unidas que, furtando-se ao poder de Filipe II de Espanha, resolveu deixar de vir a Lisboa buscar especiarias, para se dirigir directamente ao Oriente. Com os Holandeses, seguiram os Ingleses ⁽²⁵⁾. E a posse das cobigadas ilhas passou a ser-nos disputada, sobretudo pelos primeiros.

*
* *
*

No início do século XVII surge o nome de uma figura ilustre, o capitão e cartógrafo Manuel Godinho Herédia, o suposto descobridor da Austrália, que na volta teria, talvez em 1601, visitado

⁽²⁴⁾ CASTRO, Afonso de — *As Possessões Portuguesas na Oceania*. Lisboa, 1867, p. 8.

⁽²⁵⁾ LEITAO, Humberto — *Ob. cit.*, pp. 107 e segs.

Timor. A seu favor terá passado Aires de Saldanha, vice-rei da Índia, o seguinte alvará de 5 de Abril de 1601: «Faço saber aos que este Alvará virem que, por justos respeitos,... ter concedido licença a Manuel Godinho de Herédia, para que possa descobrir a ilha ou ilhas que dizem haver, de ouro, nas partes do sul e na outra costa de Timor ou outras partes.» (26)

Até final do século XVII, a história de Timor resume-se na instabilidade provocada pela guerra, mais ou menos permanente, mantida pelos Holandeses, que provocavam sucessivas rebeliões dos régulos locais e a ambição de homens como Vieira de Figueiredo, Manuel da Costa e António Hornay.

Os frades de S. Domingos não conseguiram fugir ao ambiente de luta, devendo-se-lhes, aliás, grande quota-parte na pacificação dos naturais e no êxito das nossas armas. Eram simultaneamente missionários e militares. Começando por dominar nos mares, os Holandeses tomaram a fortaleza de Amboíno, Timor, Solor, que depois abandonaram e voltaram a ocupar. A 14 de Janeiro de 1641 cai Malaca, que desde 1605 deixara praticamente de ser portuguesa (27), pois a reduzida guarnição viu-se dizimada por doenças e enfraquecida pela fome. A Fr. António de S. Jacinto que, cerca de 1539, assiste à cristandade de Timor, como vigário, se deve não só o progresso espiritual dos povos, pela deslocação, para esta ilha, do centro de actividade dos Dominicanos, mas também a sujeição de vários reinos à Coroa portuguesa (28), até que, em 1542, partiu para Goa.

Ao citar, há pouco, juntamente, os nomes de Vieira de Figueiredo, Manuel da Costa e António Hornay, não reunimos três nomes iguais, quer em ambição, quer em fidelidade a Portugal. Os dois últimos, nascidos na ilha, chegaram a desempenhar o cargo de governadores. Mas, enquanto Manuel da Costa se manteve sempre obediente, António Hornay opôs-se, mais de uma vez, à entrada dos governadores nomeados na Índia, conservando-se ele no mando, que havia tomado por suas mãos, e em que acabou por ser confirmado, para evitar males maiores. Vieira de Figueiredo foi comerciante influente e, como os outros, prestou apreciáveis serviços a Timor.

(26) MORAIS, Faria de — *Solor e Timor*. Lisboa, 1944, p. 84.

(27) REGO, A. da Silva — *Lições de Missionologia*. Lisboa, 1961, p. 339.

(28) LEITAO, Humberto — *Ob. cit.*, p. 186.

3.º período

(Séculos XVIII e XIX)

Passemos em claro várias décadas de governos difíceis, em que a perturbação quase não teve tréguas, e entremos já no século XVIII, no começo do qual, a 20 de Fevereiro de 1702, pisava, finalmente, o solo de Timor um governador que tomava conta do poder temporal, separado em definitivo do espiritual, aliás pelos próprios Dominicanos, na pessoa de Fr. Manuel de Santo António.

De uma maneira geral, o século XVIII não desmereceu do anterior, em peripécias perigosas para a soberania nacional, intrigas, rivalidades, traições. Sucederam-se as rebeliões, fortalecidas pela acção frouxa dos governadores, que nem sempre souberam e muitas vezes não puderam fazer frente aos acontecimentos, com firmeza e sensatez.

Não faltaram querelas, por vezes graves, entre o governador e o clero. O governador José Teles de Meneses, em luta com revoltosos, em 1770, organiza a defesa de Lifau, acabando por mudar o governo para Díli, que fortificou o melhor que pôde. No novo local, a barra ficava defendida, não só da cidade, mas também de um forte, a cavaleiro da embocadura, protegida por cinco peças.

Continuava-se a viver quase só do comércio do sândalo, sem quase se conseguir apurar outras fontes de riqueza.

*
* *
*

O século XIX viu aparecer novos métodos de administração, recorrendo-se mais frequentemente à diplomacia, sendo dadas instruções do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século para se não perturbarem as boas relações com os Holandeses. A sua obra de exploração na parte ocidental da ilha era apresentada como modelo e pensou-se convictamente no aproveitamento do subsolo, explorando minas de ouro, cobre, sal, pedra, pedra-de-fogo, óleo-da-terra (petróleo) e águas sulfúricas.

O governador miguelista José Maria Marques (1834-1839), entre outras obras de fomento, «traçou os caboucos da nova capital, cortando os pântanos com estradas» ⁽²⁹⁾. E as edificações da praça

⁽²⁹⁾ OLIVEIRA, Luna de — *Timor na História de Portugal*, Lisboa, 1949, I, p. 294.

não tardaram a crescer. Entretanto, o governador holandês fazia pressão para que se marcassem as fronteiras. Para esse efeito, para se entender com os delegados holandeses, foi nomeado o conselheiro José Joaquim Lopes de Lima. A melhor solução que encontrou foi a entrega da ilha Grande (das Flores) e do arquipélago de Solor, em troca de 80 000 florins... O Governo Central, logo que soube do abuso do comissário régio, mandou-lhe ordem de prisão e tratou de remediar o caso, por via diplomática, mas em vão!

As vastas possessões do arquipélago ficaram assim bastante reduzidas, pelo tratado de 8 de Agosto de 1860.

Com o governo de Afonso de Castro, que durou três anos, até 1862, começou a reorganizar-se mais intensivamente a vida da província, apesar dos poucos recursos de que dispunha. Desenvolveu-se a cultura do café e do algodão, tendo alcançado fama a folha de tabaco. Por decreto régio de Setembro de 1865, Timor constituiu-se em província, com governo independente. Díli subira a cidade e capital da província. Entrara-se realmente em progressivos melhoramentos, em todos os sectores.

Os governadores sucederam-se, chegando, porém, Timor a estar, durante anos, dependente do Governo de Macau (21 de Abril de 1870) ⁽³⁰⁾.

Infelizmente ainda houve necessidade de pegar em armas, tendo mesmo um governador sido assassinado. A guerra prolongou-se por bastante tempo e destruiu grande parte do que até aí se havia organizado. Até que José Celestino da Silva assume o Governo de Timor (1894).

A epidemia da cólera ajudara a enegrecer o desolador quadro da província. Os Chineses eram acusados pelos Timorenses de lhes roubarem as filhas, com pretexto de insolvência de dívidas. As revoltas aumentaram e as campanhas foram das mais sangrentas, com massacres impiedosos. A campanha do Oeste acabou em 1896. Choveram, porém, as acusações e o governador pediu a demissão, que lhe foi negada. Dias depois, saiu o decreto que libertava Timor do Governo de Macau ⁽³¹⁾.

Foi então que o governador pôde começar a obra administrativa, agindo depressa e com eficácia. Procurou atrair colonos

⁽³⁰⁾ OLIVEIRA, Luna de — *Ob. cit.* Lisboa, 1950, II, p. 139

⁽³¹⁾ *Diário do Governo* de 21 de Outubro de 1896.

da Metrópole e ilhas adjacentes, entregar a educação e a instrução primária aos missionários dos dois sexos, incrementando as obras públicas e dando continuidade aos comandos militares. Pena tinha ele, segundo afirmava, de já não ser novo, porque estava convencido de que Timor, bem governado, dispensava auxílios da Metrópole e de qualquer outra província.

II — ÉPOCA MODERNA

O período moderno, em que a autoridade portuguesa é respeitada e a administração toma o rumo acertado do progresso, inicia-se na passagem do século XIX para o XX, durante o governo de Celestino da Silva (1894-1908), embora, na mudança do regime em Portugal, os vizinhos holandeses se viessem ainda a aproveitar do momento de perturbação política para promover novas agitações. A rebelião declarou-se já no governo de Filomeno da Câmara (Dezembro de 1911), tendo, porém, terminado em 1913, com a submissão dos povos levantados. Seguiu-se-lhe a administração sensata e de progresso manifesto que tanto honra o continuador de Celestino da Silva. A primeira Grande Guerra mal se fez sentir em Timor, afora os sobressaltos resultantes da posição que Portugal tomara no conflito e das relações tensas da Holanda com a Inglaterra.

O mesmo não aconteceu na segunda Guerra Mundial, que no Extremo Oriente teve feroz e bastante vasto campo de batalha, nomeadamente em Timor, por parte do Japão, apesar da neutralidade de Portugal. Tendo entrado acobertados com o disfarce de comerciantes, e chegando mesmo a obter autorização para os aviões comerciais japoneses escalarem a ilha, apareceram de cara descoberta a 7 de Dezembro de 1941, com o súbito ataque da aviação à base americana do Porto das Pérolas. Estava iniciado o duro calvário de três anos e meio, que tanto afligiu a província, até Agosto de 1945. Os Holandeses e Australianos, que nos haviam imposto a defesa da ilha, não resistiram aos ataques das tropas japonesas e internaram-se nas montanhas, actuando em guerrilhas. Os Japoneses dominavam a situação e causavam as maiores atrocidades, tendo conseguido aliciar algumas populações nativas, sobretudo as da fronteira e de Maubisse, que se revoltaram contra a nossa soberania. As denominadas colunas negras perseguiam os núcleos de

resistência antijaponesa. Tornando-se necessário acudir a outras frentes, as tropas australianas e holandesas abandonaram Timor (princípios de 1943) e a ilha ficou toda à mercê dos Japoneses. Foi então que se manifestou o alto gesto de lealdade de D. Aleixo, régulo de Suro, que preferiu deixar-se esmagar, em luta desproporcionada, a render-se aos inimigos da pátria portuguesa, de que se sentia filho acarinhado.

Não vale a pena demorarmo-nos com as tentativas de guerrilhas dos Australianos, vindos agora de novo com alguns portugueses que se haviam refugiado na Austrália, porque foram, na verdade, de nenhuma eficácia. O panorama só mudou em Agosto de 1945, quando as bombas atómicas de Hiroxima e Nagasáqui obrigaram o Japão a cessar as hostilidades e a render-se incondicionalmente aos Americanos.

EPÍLOGO

Durante toda a história de Timor, tivemos de lutar contra os Mouros, que tinham começado a islamizar esses povos; contra os Javaneses e outros povos vizinhos, que viam perder o domínio do comércio; contra os Holandeses, que, tendo tomado Malaca, perseguiram a nossa influência até ao território timorense, apossando-se de metade da ilha e das ilhas mais vizinhas, em que a nossa autoridade era respeitada; e, finalmente, contra os Japoneses, na segunda Grande Guerra. Com os autóctones, houve decerto lutas sangrentas, quando uns régulos mais rebeldes fomentavam discórdias, geralmente instigados por mercadores estranhos e pelo novo dominador em competição connosco.

Fomos encontrar um povo selvagem, que Fr. João dos Santos quase transforma em bom selvagem, dócil e fácil de converter ao catolicismo, posto que se reconheça que nem sempre constante nas novas crenças. Por isso, há conversões numerosas, mas também não faltam mártires, causados pelas rivalidades ou ambições desmedidas dos régulos. Todas estas circunstâncias, aliadas à da distância e pobreza da terra, sobretudo de Solor, levaram à estagnação em que se viveu durante séculos, com resultados mais ou menos positivos apenas para o plano religioso e consequentemente político. Na verdade, não fomos a Timor com outra ambição mais do que comercializar e evangelizar, o que, a princípio, somente exigia o

ANDRADE, António Alberto Banha de — *Perspectiva histórica de Timor*

estabelecimento do pequeno mundo comercial e religioso, com a necessária defesa militar das pessoas e haveres.

Através de mil vicissitudes que se não podem contar depressa, alguma coisa ficou e muito importante: a consciência da Pátria. Participando, a princípio, da mesma religião e formação moral, os Timorenses tornaram-se parte do povo português e hoje possuem a língua da Mãe-Pátria, formando com ela um só todo.

Mas esta é a nova fase que, fazendo parte da época moderna, está muito próxima de nós e ainda não pertence, a bem dizer, à história.